



WILLIAM CUNHA GALDINO

DRE 114126851

TURNO: INTEGRAL

**DO LIBAMBO AOS “FESTEJOS DOS NEGROS”: CATIVEIRO E A  
ABOLIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO (1871-1890)**

RIO DE JANEIRO

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**DO LIBAMBO AOS “FESTEJOS DOS NEGROS”: CATIVEIRO E A  
ABOLIÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO (1871-1890)**

**WILLIAM CUNHA GALDINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de História da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do título de  
Bacharel em História

**Orientador: Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes**

RIO DE JANEIRO

2020

## AGRADECIMENTOS

Os anos se passaram e finalmente estou em dinâmicas finais da minha graduação, durante esse processo, nesses cinco anos na UFRJ, tive experiências com distintas pessoas e pude compartilhar múltiplos aprendizados.

Queria agradecer a mulher mais forte que eu conheço, Maria das Graças, minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, tudo que sou hoje devo a minha mãe. Ao meu irmão Wallace que é meu elo sentimental e físico nesse mundo, verdadeiramente minha alma gêmea, ao meu Irmão Robert que brilhou e fez esse mundo mais feliz, aos meus avós maternos Ernestina e Guilherme e avós paternos Iolanda e Gurgel. Aos meus tios e tias e demais familiares.

Agradeço a todos os amigos e amigas, especialmente aqueles que reservo um amor e carinho especial: Carolina, Beatriz, Deborah e Jeen.

Agradeço também aos amigos que tive o prazer de conhecer durante a graduação, pessoas com percepções de mundos, histórias diferentes, que ajudaram nos momentos difíceis, e abrilhantaram experiências felizes que certamente não esquecerei: Anderson, Deborah, Guilherme, Lucas, Leticia, Eduardo, Laís, Tâmis e Antônio.

Em especial ao quarteto inseparável do IFCS, que se tornaram mais que amigos, são minha família: Gabrielle, Naillivy e Matheus, muito obrigado por tudo.

Agradeço ao Coletivo Negro da UFRJ Carolina de Jesus, em que tive a enorme experiência em ser membro e um fraterno abraço a todos os seus integrantes.

Em especial agradeço ao professor Flávio Gomes, por quem tenho grande admiração e carinho. Agradeço a todos os professores e funcionários do IH/IFCS.

**MUITO OBRIGADO!**

## RESUMO

Nesta monografia, a presente pesquisa se propõe análises iniciais a cerca das dinâmicas escravistas no Município de Cantagalo, observando as distintas ocupações laborais das populações negras da região nos finais do século XIX, na busca da compreensão das experiências do cativo em Cantagalo, pela investigação dos núcleos de trabalhos coercitivos e livres, os sujeitos presentes nessas relações, apresentando suas expectativas, negociações e estratégias. E quais seriam os discursos dos distintos personagens sociais presentes nesse espaço e tempo. Em especial a dos cativos, suas (auto)percepções dentre as transformações políticas e institucionais durante esse período. Perguntas essas, que sugerem a análise das experiências sociais e as identidades dos trabalhadores na sociedade de Cantagalo, nos processos da escravidão e da formalização jurídica da “liberdade” até o início da primeira República.

Palavras-chave: Cantagalo, escravidão, abolição, trabalho.

GALDINO, William Cunha. Do libambo aos “festejos dos negros”:cativo e a abolição no município de cantagalo (1871-1890) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> _____	<b>1</b>
<b>CAPITULO I -Terras de Cantagalo: Escravidão e os núcleos de poder</b>	<b>7</b>
Os escravizados no corpus social de Cantagalo_____	<b>12</b>
Registros de escrituras, compras e vendas de escravizados _____	<b>13</b>
Acha-se um fujão, alguém viu? _____	<b>20</b>
<b>CAPITULO II: A “Festa dos Negros”</b> _____	<b>23</b>
República de Cantagalo_____	<b>28</b>
Trabalhadores e homens de cor em Cantagalo_____	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	<b>33</b>
<b>REFERENCIAS</b> _____	<b>35</b>
Fontes_____	<b>35</b>
Bibliografia_____	<b>35</b>
<b>TABELAS</b> _____	<b>17</b>



*Angola, Congo, Benguela*  
*Monjolo, Cabinda, Mina*  
*Quiloa, Rebolo*  
*Aqui onde estão os homens*  
*Dum lado cana de açúcar*  
*Do outro lado o cafezal*  
*Ao centro, senhores sentados*  
*Vendo a colheita do algodão branco*  
*Sendo colhidos por mãos negras*  
*Eu quero ver*  
*Eu quero ver*  
*Quando Zumbi chegar*  
**Jorge Ben Jor**

## **Apresentação**

A imagética das mãos e pés presos em correntes de ferros, nos troncos, os chicotes e os pescoços imobilizados pelo libambo, um instrumento de coerção dos movimentos dos corpos, muito utilizado em distintos períodos da escravidão no Brasil. É uma imagem que pode ser estática ou em constante movimento na construção histórica, quando focados o olhar para esse período, pois em veridicidades, esses corpos sofreram a dor de um sistema altamente violento. Resignificar essas imagens da violência, apresentando perspectivas de ação, a partir das transmissões dos saberes, conhecimentos e distintos códigos culturais de negros e negras é um exercício mais do que necessário para a produção historiográfica da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe uma análise introdutória sobre a estrutura escravista de Cantagalo e a constituição dos núcleos de poder da região, bem como também de forma inicial compreender os núcleos laborais das populações negras de Cantagalo nos finais do século XIX, na busca pela investigação dos espaços de trabalhos coercitivos e livres, quem seriam os sujeitos de cor<sup>1</sup> presentes nessas relações? Quais eram suas expectativas? Haveria negociações e estratégias sociais nesses grupos? E quais seriam suas (auto) percepções dentre as transformações sociais e institucionais durante esse período. Perguntas essas, que sugerem a análise das dinâmicas sociais e as identidades dos trabalhadores na sociedade de Cantagalo, nas primeiras décadas de uma determinada formalização de vigência jurídica de “liberdade” em meio advento da República em 1889.

A demarcação temporal desta pesquisa abrange algumas das principais leis da regulamentação da escravidão no Brasil – Lei do “Ventre Livre” (1871), Lei dos “Sexagenários” (1885) e a Lei Áurea (1888) e seus impactos no mundo escravista de Cantagalo. Diante desse contexto, pretende-se aqui entender as experiências da escravidão e a abolição em Cantagalo, examinando as formas de sociabilidade, conflitos e agências dos negros cativos, alforriados e libertos.

A articulação das análises dessa pesquisa pode ser inserida tanto no campo de debates da escravidão vigente no período imperial, quanto na temática em ascensão dos estudos do pós-abolição brasileiro, com relação ao “depois do 13 de maio”<sup>2</sup>. Propondo assim um viés de possíveis identificações, formas de reorganização, a mobilidade (ou estagnação) dessa

---

<sup>1</sup> DOMINGUES, Petrônio José. —Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930) II. In: Revista Brasileira de História, v. 34, nº 67, São Paulo, 2014, p. 251-281.

<sup>2</sup> Ver: MATTOS, RIOS (2004).



população preta recém liberta e ainda presente no mundo do trabalho na sociedade de Cantagalo, desde a “*FESTA DOS NEGROS*” e os primeiros anos da República.

A escravidão no Brasil foi fundamentada jurídica e socialmente durante mais de três séculos sob o formato contínuo e extensivo a todo seu território nos períodos coloniais e pós-coloniais. A estrutura escravagista nesse longo período regulamentou e permeou as dinâmicas políticas, econômicas e sociais, para a manutenção do *status quo* vigente. Os cativos, em condição coercitiva, serviram durante anos, efetivamente no propósito da manutenção e controle de sua força laboral para a produção de bens e seus desdobramentos econômicos, que abasteceram toda a região em Cantagalo de consideráveis patrimônios. Esses cativos também podem ser encarados como genuínos agentes históricos, atores sociais, e os verdadeiros protagonistas desse sistema, que foi o último a ser abolido nas Américas.

Reconhecer o papel e subjetividade desses indivíduos, suas agências e estratégias na procura e manutenção do labor digno e qualificado nos finais do século XIX e inícios do século XX em Cantagalo ou em outras regiões é importante, pois a partir desses códigos e registros deixados de herança por nossos antepassados históricos<sup>3</sup>, junto com a análises de distintas fontes desse período, podemos ressignificar as histórias desses sujeitos ativos, e consequentemente resgatando as histórias dos negros e negras em Cantagalo.

Desta forma, a apresentação em justificativa da temática desta pesquisa, se constrói na pretensão de analisar de forma mais aprofundada no mestrado, as condições, transformações e transição das dinâmicas laborais dos homens de cor em Cantagalo, buscando as estratégias para a sua subsistência e experiências de organizações<sup>4</sup>. A compreensão dessas problemáticas do ser e estar no mundo do trabalho, e a compreensão historiográfica das subjetividades negras é uns dos caminhos possíveis para ressignificação dos debates identitário, cultural e ancestral negro presentes até os dias atuais nessa região, uma busca de si, para si.

---

<sup>3</sup>SIQUEIRA, José Jorge. PÓS-ABOLIÇÃO, INTELLECTUAIS NEGROS E PROJETO DE BRASIL: NOTAS DE UM ESTUDO. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v.10, n.25, p. 82-100, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/609>>. Acesso em: 1 set. 2019.

<sup>4</sup> DOMINGUES, Petrônio José. — Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930) II. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, nº 67, São Paulo, 2014, p. 251-281.

Em contribuição às preposições desta monografia, mobilizo algumas contribuições e produções historiográficas brasileiras contemporâneas sobre a temática da escravidão. A partir do final da década de 1970, as dinâmicas da escravidão e suas leituras na historiografia brasileira estão sendo ressignificadas, a partir de novos prismas e olhares com as fontes, quebrando assim, perspectivas e análises que nos apresentavam uma leitura dos cativos como sujeitos passivos e inertes e por vezes bestializados<sup>5</sup>. Em análise dessa premissa o conceito de “cidadãos ativos” de José Murilo de Carvalho, realinhada às perspectivas do mundo rural, perpassa as expectativas e anseios de indivíduos negros e negras ativos nesses espaços, anterior a “liberdade”, onde a relação do poder da terra e a concessão do senhor para o cultivo da roça, os seus cantos, danças e o respeito pelos seus credos, foi lenta e gradativa, ou seja, foram disputados e reivindicados pelos escravizados, numa dimensão da negociação extensiva desses sujeitos ativos.

Historiadores, como Flávio Gomes, propõe uma reflexão sobre as experiências do mundo do campesinato negro<sup>6</sup> nos quilombos e seus desdobramentos econômicos, refletindo muito sobre as dinâmicas de ser e estar em um núcleo de trabalho coletivo e transgressor – os quilombos -, onde essas comunidades nos regimes coloniais e pós-coloniais, foram fortemente ativas nas dinâmicas do trabalho e cultivo das terras, modificação do campo inserindo os seus conhecimentos e tecnologias na agricultura para a subsistência, bem como também as trocas de bens e alimentos nas redes de abastecimento do comércio nas suas proximidades territoriais. As agências desses indivíduos distintos nas dinâmicas econômicas e a organização desses quilombos, que estavam mais próximos das cidades do que se imaginam, refutando assim a ideia do isolamento, são de certo um novo paradigma e olhar sobre as comunidades transgressoras e de resistência a estrutura escravista. Esses espaços existiram e resistiram aos intentos de desaparecimento, verdadeiros núcleos de resistência e de possuidores do saber e técnicas laborais.

Em diálogo o historiador Álvaro Pereira Nascimento apresenta em suas análises as dinâmicas dos sujeitos de cor no pós-abolição, seus meios de lutas e resistências perante as

---

<sup>5</sup>Cidadãos ativos: Discorrendo sobre o historiador José Murilo de Carvalho, revisitando e ressignificando a sua obra, podemos usar de suas proposições para apresentar, uma República onde os sujeitos negros/as recém libertos participaram ativamente das construções das suas demandas e/ou resistindo de forma enérgica às quaisquer ideias de retrocesso. Ainda que a tutela de uma cidadania e plenos direitos ainda não tivessem lhes sido conferidas, destruindo assim, o estereótipo da constante apatia.

<sup>6</sup>DOS SANTOS GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2015.

novas dinâmicas sociais da República, sujeitos de cor que foram ressignificados pelas instituições de poder e pelas as normativas dos direitos ao trabalho, havendo assim, uma perpetuação da precariedade das condições dos negros nos núcleos do trabalho “livre” Brasileiro. A contribuição de Álvaro para o intento de identificar as construções dos discursos e os imaginários sobre os negros na historiografia e nos ensinamentos de História é importante para desmitificar, as perspectivas quase intrínsecas na formação histórica de que todos os sujeitos negros eram “marginais”, “ladrões”, “assassinos”, “bêbados” e outras qualificações pejorativas atribuídas aos homens e mulheres de cor.

Em perspectivas do prisma estrutural e o contexto de mundo nesse tempo e espaço da pesquisa, o historiador Dale Tomich, apresenta a sua investigação sobre as causas e consequências da segunda escravidão, articulando os parâmetros sociais e econômicos que impactou o mundo atlântico, a partir do surgimento do fenômeno capitalista inglês e seu advento da sistematização da produção e circulação de mercadorias, Tomich discorre as reverberações das características distintas da segunda escravidão no mundo, uma delas a análise da consolidação da hegemonia inglesa no capitalismo industrial e o crescente consumo no Mundo, fez com que regiões produtoras do café no vale do Paraíba acompanhasse o ritmo da forte demanda. Algumas regiões em suas especificidades e preposições, optaram pela expansão e manutenção do sistema escravista.

Em uso de suas preposições, mobilizo a categoria da “segunda escravidão” proposto pelo autor, interpretando esse contexto como o momento de remodelação e sofisticação da estrutura escravista no país, a região de Cantagalo, e outros territórios nacionais acompanharam a manutenção do cativo paralelo as normativas antiescravista, assim as experiências dos escravizados sofreram impactos na ordem social e laboral, até o seu eminente esgotamento, ocasionando em certas experiências a lenta e gradativa a substituição para a mão de obra livre.

Apresentando essas contribuições, é possível pensar cada vez mais o protagonismo dos cativos e reconhecer esses personagens na construção social de nosso país, desde as inter-relações entre o mundo da cultura e do trabalho, seus modos de vida e de pensar, os processos de dominação e o desenvolvimento dos campos discursivos que os justificaram e legitimaram, até a construção de suas identidades étnicas e culturais. Contudo, as mesmas

ainda são desafiadas a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob uma nova perspectiva da vida escrava e das relações sociais nela impostas ao longo do tempo<sup>7</sup>



O aparato teórico que pretendemos instrumentalizar nessa pesquisa baseiam-se nos empenhos intelectuais de três autores distintos: Petrônio Domingues, E. P. Thompson e Paul Gilroy.

O historiador Petrônio Domingues elaborou o conceito de “Associativismo Negro” para ressaltar as muitas e diversificadas associações de cooperação mútua formadas por homens e mulheres negras ao redor de todo o país. Muitas delas foram ocultas por determinados setores da historiografia, porém ainda assim em estudos recentes sobre o período escravista e pós abolição, demonstram a forte tendência social ao protesto e ação por parte da população negra durante o império e início da República. Portanto, em estímulo ao conceito de associativismo negro analisado pelo historiador Petrônio Domingues, onde se estuda as organizações e trajetórias individuais ou coletivas dos negros no pós abolição no Brasil. Coletivismo de redes políticas, culturais, educacionais e sindicais de homens e mulheres negras que se organizam nos inícios do século XX e até os dias de hoje, em busca de distintos interesses incomum ou não para seu bem estar da população negra. Nessa pesquisa a partir desse associativismo intrínseco as dinâmicas sociais negras, como método de luta e resistência, podemos assim, analisar as redes, coletividades, núcleos familiares negros em Cantagalo. Indivíduos munidos de trajetórias individuais e coletivas no mundo social do trabalho.

O conceito de “experiência histórica” desenvolvido pelo historiador inglês E. P. Thompson – Neste sentido, mobilizaremos diálogo com o historiador E. P. Thompson e a sua contribuição com a categoria de “experiência” compartilhada, transformando e apresentando as agências dos cativos como sujeitos ativos, em oposição assim das análises que configuram um prisma de sujeitos inertes, coisificados, sem movimentos, ou ações inseridas em uma concepção engessada e estruturalista, uma busca do sujeito invisível.

O historiador inglês Paul Gilroy, em sua obra *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*, busca confirmar a noção de agência de indivíduos negros considerando-os “como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual –

---

<sup>7</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 nº16, p.143.

atributos negados pelo racismo moderno” (GILROY, 2012). Gilroy investiga elementos da vivência do indivíduo negro nas sociedades ocidentais modernas e chega à conclusão que esse indivíduo comunga de aspectos referentes à cultura ocidental moderna e à cultura de sua identidade negra vinculada à uma ascendência africana. Daí a “dupla consciência”. O negro diaspórico, portanto, procura incorporar as linguagens ocidentais sem abandonar sua identidade negra. Essa identidade, entretanto, não é lida por Gilroy como um puritanismo racial. Muito pelo contrário: o historiador considera vitais os intercâmbios culturais promovidos pelos negros em diáspora. Para não perder sua identidade, o negro procurará formar espaços de afirmação e resistência.



A metodologia deste trabalho consistirá em análises qualitativas e quantitativas de fontes de tipologias distintas. A maioria dos documentos que permearam essa pesquisa foram colhidos em visita recente ao Município de Cantagalo, mais precisamente no Centro de Memória de Cantagalo (CDMC), vinculada à UNIRIO onde se pode encontrar um número expressivo de documentos restaurados e digitalizados, disponibilizados pela a instituição.

Nesse sentido tal método é estruturado mediante ao cruzamento de informações presentes nas fontes. Serão mobilizadas reportagens de jornais da época, a fim de localizar os indícios de discursos, percepções (d)e ações dos escravizados, libertos e/ou recém libertos em Cantagalo.

A documentação de jornais que serão utilizados na pesquisa remonta aos anos de 1879 a 1900, como é o caso de notícias presentes em o “Conservador”, o “Jornal Voto Livre”, o “Jornal Pátria” e “Jornal Correio de Cantagallo”, tipologias de fontes essas, que serão de grande importância para a compreensão de alguns aspectos sociais e culturais no pós- abolição para a pesquisa.

Mobilizo também a documentação pública administrativa de Cantagalo, registros de compras e vendas de escravizados de 1880, atas da câmara datadas entre os anos de (1888-1889), leis e decretos esse que servirão para criar um arcabouço dos pensamentos políticos e jurídicos da região nos fins do século XIX e inícios do século XX.

## CAPITULO I -Terras de Cantagalo: Escravidão e os núcleos de poder

O território da Novas Minas de Cantagallo, teve sua ocupação por administradores coloniais, a partir de 1787, mobilizados pelo interesse de controlar e explorar as jazidas de ouro da região, frequentemente assaltadas por aventureiros e garimpeiros clandestinos. O contrabando de ouro no vale, foi fortemente repellido pelas forças de proteção colonial. De acordo com Lutterback<sup>8</sup> o povoamento dessa região nos primeiros anos apontaria para uma composição de 58% de brancos; 23% de pardos ou pretos; e 16% de índios, não sendo possível determinar a origem em 3% dos indivíduos. No ano de 1814, a região foi elevada à condição de Vila, pelo regente D. João, que lhe conferiu o nome de “São Pedro de Cantagallo”, que no decorrer do Oitocentos sofreu diversas transformações territoriais<sup>9</sup> para dar origem a diversos municípios: Nova Friburgo, Carmo, Sumidouro, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Bom Jardim, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto.<sup>10</sup>

Situado na região do baixo *Vale Paraíba*, de vastas terras, entranhadas em colinas, vales e campos, que ao longo do tempo se transformaram em áreas exploráveis e agricultáveis, a comarca em questão contribuiu fortemente com as produções agrícolas – no sistema *Plantation* – tanto do “café e também como uma gama de outras culturas como a mandioca, o milho, o feijão, arroz e cana doce”<sup>11</sup>, abastecendo intensamente a capital do Império e suas exportações além-mar, até o seu declínio econômico nos finais do século XIX.

Inserido numa estrutura do polo cafeeiro e centro de acúmulo de riquezas advindos da comercialização deste produto, Cantagalo tinha grandes proprietários de terras e donos de mão de obra escravizadas, dentre eles - António Clemente Pinto<sup>12</sup> - mais conhecido como

---

<sup>8</sup> LUTTERBACK, Álvaro. O Conservador x Voto Livre: a imprensa que fez história em Cantagalo. 2011.

<sup>9</sup> Elevado à condição de cidade com a denominação de Cantagalo, pela Lei/Decreto Provincial nº 965, 1857.

<sup>10</sup> FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-35.

<sup>11</sup> ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil. Na impressão régia. Tomo V. Rio de Janeiro, 1820. P. 230.

<sup>12</sup> António Clemente Pinto, mais conhecido como o Barão de Nova Friburgo, nascido em 1795 em Portugal. Comerciante de escravizados e grande proprietário de terras no baixo Vale do Paraíba, onde fez riquezas em altas cifras. Uma das suas principais posses, serviu como o Palácio Nova Friburgo, residência presidencial, o Palácio do Catete no Rio de Janeiro, hoje centro de memória e Museu da

Barão de Nova Friburgo. Título nominativo do território de Friburgo<sup>13</sup>, mas a maioria de suas posses encontravam-se em Cantagalo, ocasionando algumas confusões interpretativas de espaço e tempo dessa figura histórica<sup>14</sup>.

As terras de Cantagalo, seus espaços repartidos por grandes propriedades, núcleos familiares e produtores do café, estabeleceu fortes dinâmicas com os debates sobre a manutenção da escravidão e favorecimento do artigo cafeeiro e seu comércio. Assim podemos argumentar que se formaram coletivos nucleares de poder, observando as características que à constituem como: os laços, a formação de grandes coletivos sociais administrativas e políticas a partir dos casamentos, apadrinhados, fomentos financeiros ou associação, formando assim, uma “região política e economicamente consolidada” (MUAZE, 2015 p. 57).

A historiadora Sheila Faria em suas análises sobre alguns escassos inventários dos primeiros habitantes da região, apresenta que Cantagalo em meados de 1810, a partir dos registros dessas fontes, já tinha indícios da produção do café.

A promoção da produção do café serviu como o primeiro empreendimento daqueles que se aventuraram a ocupar os sertões do Rio de Janeiro, regiões essas que apresentavam adversidades distintas para tal empreendimento, como por exemplo a região vizinha de Nova Friburgo, posteriormente pertencente a jurisdição de Cantagalo, recebeu boa parte do contingente imigratório de suíços, um número totalizante de 2.006 suíços deixaram suas terras para o Brasil nos inícios do século XIX, mais precisamente em 1818, onde as viagens nesses tempos eram de grandes perigos e exaustivos. Após a travessia do Atlântico a segunda jornada era viagem até a região destinada para a colônia na antiga “fazenda do morro queimado”, esse percurso era demasiadamente longo, o número de suíços diminuiu para 1.617<sup>15</sup>, 399 morreram durante a viagem para o sertão. Esse declínio se resume as

---

República. A família Clemente Pinto e seus descendentes possuíam grande prestígio social e político na região e província do Rio de Janeiro durante o século XIX.

<sup>13</sup>A desmembração dessas terras foi idealizada para a acomodação de forma inédita e institucionalizada de imigrantes suíços por incentivo das autoridades políticas do império a partir de -1819-. Imigrantes esses oriundos de distintos cantões do seu país natal, a Suíça, em especial de uma região chamada Friburg, cujo novo nome da cidade deriva, desmembrada a partir da separação e jurisdição de Cantagalo, nascendo assim Nova Friburgo.

<sup>14</sup>Ver: FARIA, Sheila de Castro (2018). p. 4.

<sup>15</sup>FERREIRA, Marieta de Moraes, Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas. Rio de Janeiro. Léo Cristiano Editorial, 2008.

dificuldades da viagem além-mar e a exaustão, pois a havia uma limitação da alimentação e precariedade do tratamento das distintas doenças que acometeram os viajantes.

Houve grandes dificuldades no uso dos terrenos da região para o cultivo do café, para alguns imigrantes as terras não eram de boa qualidade e prósperas, aliado a isso também a falta de uma estrutura e interesse das autoridades coloniais proporcionou nos primeiros anos, uma insatisfação dos colonos, muitos achavam que a colônia era mal administrada<sup>16</sup>. Em formação iniciais constituída, tanto social como política, em Cantagalo como mencionado, os habitantes cultivaram seus primeiros pés de café em meados dos anos de 1810, ressignificando os espaços de produção e povoamento da região durante a crescente demanda e promoção desse artigo no exterior, outras regiões do Vale do Paraíba articularam as mesmas dinâmicas das transformações e aperfeiçoamentos do cultivo do café, Cantagalo a partir de 1828 era:

“descrita como sendo formada por terreno “montuoso” e localizada a oeste da Serra dos Órgãos, a 30 léguas da capital do Império. Tinha cerca de 1.800 habitantes e 2.700 escravos, distribuídos em 450 fogos (domicílios), com exportação anual de 100 mil arrobas de café e algum toucinho... Tinha 27 engenhos de açúcar, 17 tabernas, três lojas de fazenda, uma estalagem, uma padaria e duas lavras de ouro”<sup>17</sup>.

Os núcleos de produtores do café na sociedade de Cantagalo, também os núcleos familiares detentores de prestígios, articulavam práticas sociais coletiva e de redes, pois em observância essas experiências culturais eram disseminadas na sociedade, onde o dever era a incessante defesa da perpetuação das riquezas, geradas pelos seus bens e posses, articulados a esse dever, a constituição das famílias é um complemento da defesa dos laços e redes das famílias abastadas e de prestígios, bem como a manutenção de linhagens daqueles que tinham títulos monárquicos ou não, os nomes carregam mais do que meras letras, nomes e sobrenomes carregam também a defesa desses núcleos de poderes políticos e sociais, ambos os núcleos auto se alimentam, um não está desassociado do outro, em exemplo micro da totalidade de famílias da região, alguns desses núcleos são representados por alguns sobrenomes, como: os Monnerat, os Lutterbach, os Clementes Pinto, os Lapér, os Moraes.

---

<sup>16</sup>Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes (2008) p. 30.

<sup>17</sup>Ver: FARIA, Sheila de Castro (2018). p. 23.



No início do século XX a região sofrerá algumas modificações territoriais, e mudanças de status políticos e sociais, o mesmo se deu na transição das mudanças produtivas, iniciando o surgimento e substituição lenta, gradativas das lavouras de café pelas cabeças de gados, que em destino futuro ocupou papel de destaque na economia da região, as famílias de prestígios ressignificaram suas dinâmicas políticas e econômicas durante a instauração da República, mas em suas memórias ainda pulsavam a glórias das grandes lavouras, as glórias do café, saudosismo expresso por seus mais nobres habitantes, pois é notório que no:

“decurso do segundo império e nos primeiros anos da República, bastavam as palavras mágicas - Município de Cantagallo- para darem ideia de grandeza, vitalidade, riqueza e cultura de umas das mais celebradas regiões do sul brasileiro, e cujo nome repercutia também pelo Brasil afora”<sup>18</sup>

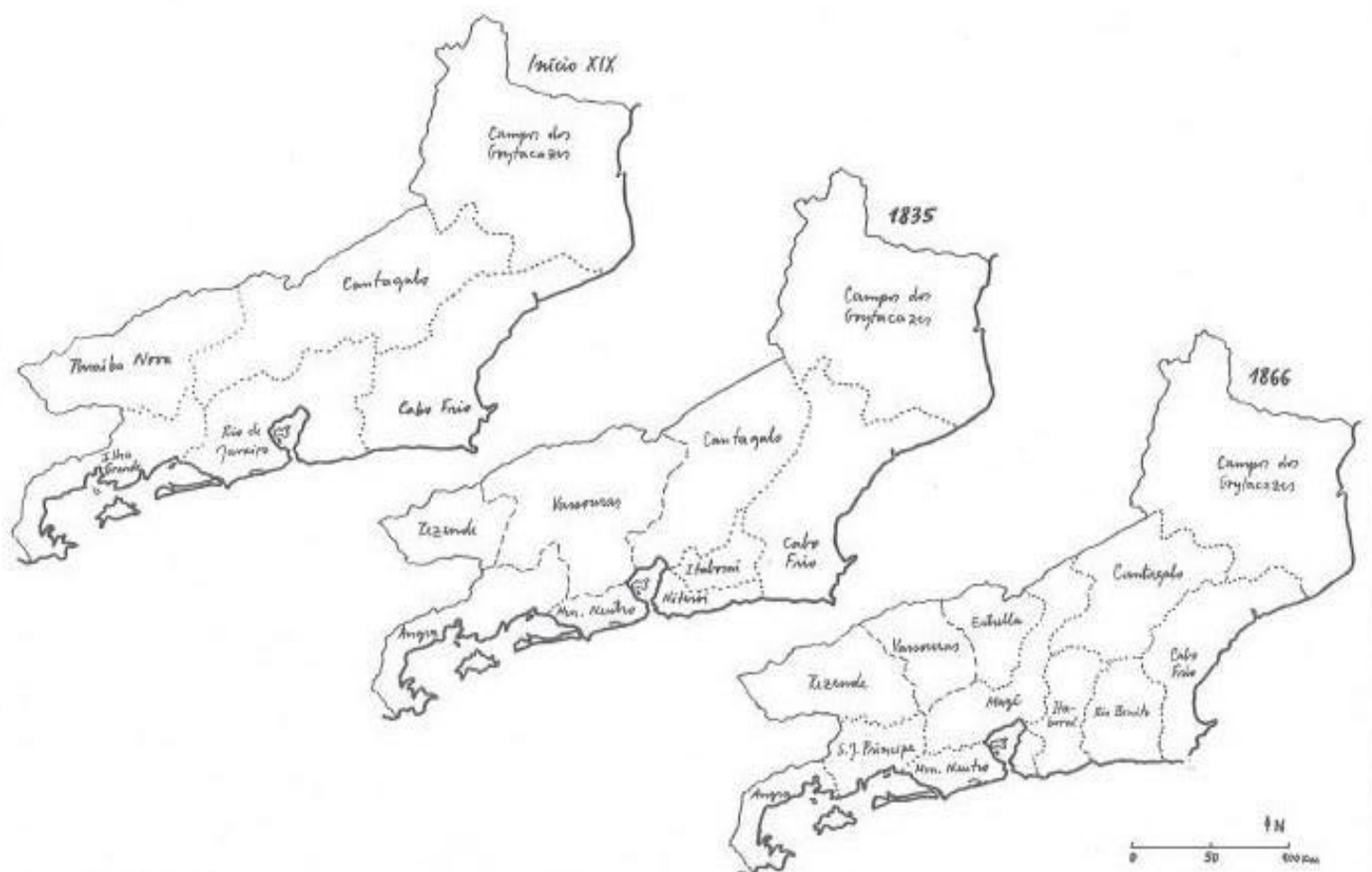
Em celebração há um resgate aos anos dourados de serviços do abastecimento de café aos brasileiros, é um dos mais explorados orgulhos da região, bem como sua integração e construção histórica com distintos imigrantes, suíços, franceses, alemães e outros, sua cidade irmã Friburgo se reconhecem como a Suíça do Atlântico, Cantagalo é celebrada como a região que viu nascer Euclides da Cunha, uns dos seus mais nobres filhos, em homenagem não pouparam nomear um distrito para tal célebre filho de -Euclidelândia-.

---

<sup>18</sup>Álbum do município de Cantagalo, Direção do Dr. Júlio Pompeu. 1922. O álbum encontrasse digitalizado no arquivo de memória de Cantagalo.

## Transformações geográficas de Cantagalo início do século XIX até a metade do Século XX.

### COMARCAS NA PROVÍNCIA FLUMINENSE (SÉCULO XIX)



Base Cartográfica CIDE (1996)

## Os escravizados no corpus social de Cantagalo

Em debates recentes na historiografia foi bastante discutido que a condição e manutenção da exploração da mão de obra escravizada, foi uns dos principais fatores do sucesso de produção do café e acúmulo de riquezas dos grandes produtores na região, como podemos observar nos números do recenseamento de 1872, em que Cantagalo apresentava um contingente populacional de 29.453 pessoas, 57% delas (16.805) sendo escravizadas.<sup>19</sup>

A historiadora Keith em seu artigo sobre terra, trabalho e conflitos escravos no vale do paraíba, articula que o “processo de intensificação do tráfico transatlântico de escravos e o aumento da valorização do café no mercado internacional, fizeram parte do conjunto de variáveis que conduziram às transformações sociais no Vale, impulsionando a ascensão da economia cafeeira”<sup>20</sup>.

Com os números expressivos de cativos cada vez mais dinamizados nos campos produtivos de café em Cantagalo, é importante ressaltar o quanto esta pesquisa se contextualiza na integração ao novos *ethos* da chamada “segunda escravidão” (TOMICH, 2011), mas em observância sobre a “segunda escravidão” não como uma ruptura e sim como uma sofisticação do sistema escravista, perante as novas normativas mundiais, ou seja, durante mais de 40 anos após a normativa do “Aberdeen”, a peça motriz da produção de bens – os escravizados – se ressignificou com um bem que deveria ser empregado até o seu último limite produtivo. As normativas do “Sexagenários”, “Ventre livre” acompanharam essas dinâmicas da mão de obra escravizada, ressignificando algumas relações nas estruturas escravistas. O iminente esgotamento da mão de obra escravizada, impulsionou o cultivo, as novas tecnologias e prosperidade das lavouras nas fazendas e médias propriedades na região do Vale do Paraíba, onde os núcleos de trabalho se diferem a partir da distribuição e no número de escravizados em sua posse, o historiador Ricardo Salles define que são os mini-proprietários até 4 cativos, pequenos até 19, grandes até 99 e os mega-proprietários de quinhentos a mil cativos<sup>21</sup>. Em 1872, essa disposição e distribuição chegou ao número de 16 mil escravizados nessa região tradicionalmente representada como o “sertão” fluminense,

---

<sup>19</sup> FARIA, Sheila de Castro (2018, p. 3).

<sup>20</sup> BARBOSA, Keith. Terra, trabalho e conflitos escravos no Vale do Paraíba Fluminense na segunda metade do século XIX. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 08, dez. 2016. p, 72.

<sup>21</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. Capítulo: Café e Escravidão. p, 123-129.

homens e mulheres, mães e pais, filhos e filhas, famílias inteiras, que tiveram a intensa participação e experiência sociais nas lavouras cafeeiras.

Todavia, no território rural de Cantagalo, as transformações laborais das lavouras chegaram a se intensificar com o declínio da produção de café nos finais do século XIX. Cada vez menos territórios eram atribuídos para as *plantations*, dada a falta de incentivos e créditos, e a crescente substituição de mão de obra escravizada pelas as novas tecnologias. Em justificativas diversas, se apontam a crise cafeeira da década de 1880, com a baixa dos preços desse artigo e os inúmeros focos de pestes nas lavouras<sup>22</sup>. Em outras justificativas, o crescente debate e circulação de ideias abolicionistas, foi uns dos fatores potencializadores para as transformações nos espaços escravagistas, entre eles os rurais, bem como a diminuição da taxa de natalidade entre os cativos, para região de Cantagalo, segundo a historiadora Melnixenco, mobilizando já mencionado censo de 1872, o número da população de livres ultrapassava aos de cativos nesse período, indícios esses de uma profunda mudança demográfica pós o Ventre Livre, mesmo com esse prisma, os números de escravizados matriculados na região em 1880 eram de “12.648 habitantes, com 66 eleitores e 23.649 escravos matriculados”<sup>23</sup>, um demonstrativo crescente do corpus escravizados da região, observando e cautelosos ao fato das ocorrências de escravizados não matriculados, esse número pode sofrer um acréscimo.

### **Registros de escrituras, compras e vendas de escravizados**

Em recente visita ao município de Cantagalo, para levantamento de fontes sobre o tema proposto, uma sala do antigo prédio da câmara municipal da cidade, guarda em suas estantes, livros e mais livros em que pude ter acesso a distintas fontes da administração local desde o início do século XIX até metade do século XX, há iniciativas do poder público para a preservação dessas fontes, junto com o CDMC, administrado pelo curso a distância da UNIRIO, presenciei um belíssimo trabalho de higienização, catalogação e digitalização desse material para acesso ao público, destaco também que essa tarefa é feita em conjunto com alguns alunos do polo do curso de História em Cantagalo, com grande incentivo e promoção da pesquisa histórica da região.

---

<sup>22</sup>MELNIXENCO, Vanessa Cristina. Friburgo e Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888). (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

<sup>23</sup>Lutterback, Álvaro L DD. O Conservador X Voto Livre: a imprensa que fez história em Cantagalo. Rio de Janeiro 2010 (Pesquisa histórica).

O livro de escrituras, compras e vendas de escravizados tem sua primeira folha em registro datado, em 17 de novembro de 1880, o dispositivo jurídico nas primeiras páginas é uma venda de um escravo de posse de Francisco de Souza Pereira Junior, um morador de Cabo Frio, à José Victorio Oliveira. Ambas as partes outorgante e outorgado, foram representados por procuradores no cartório perante ao juiz de paz, apresentando assim uma prática comum de negociação e formalização burocráticas por representantes ou procuradores atribuídos, assim o proprietário é um negociador à distância. Nos finais do século XIX houve distintas ressignificações das dinâmicas de compras e vendas de escravizados, em exemplo a proposta discutida e aprovada pelo decreto n.1695, de 15 de setembro de 1869, proibindo a venda de escravizados em leilões públicos<sup>24</sup>, também diversos outros dispositivos jurídicos que impediam a separação de casais, a separação de menores de quinze anos de seus pais, a lei do “Ventre Livre” e a lei do “Sexagenário”<sup>25</sup>. Um conjunto de dispositivos que junto com a burocracia da –matricula dos escravos- mudaram as experiências do balcão do empreendimento escravista, observando esse campo jurídico pode-se afirmar também a crescente negativa política e social do cativo nos finais do século XIX.

As linhas a seguir apresentam as primeiras páginas do livro de registro de compra e venda de Cantagalo, o documento pode ser analisado descritivamente notas sobre o escravizado vendido de Francisco de Souza Pereira Junior:

*Senhor e possuidor do escravo alto, preto, quinze anos, de raça, matriculado em Cabo Frio em 11 de junho de 1872, sob o número 1565.*<sup>26</sup>

No balcão das negociações em observâncias desses documentos jurídicos as informações sobre os escravizados vendidos são escassas, mas nessa venda pode-se observar que tem seus primeiros registros na cidade de Cabo Frio, pois foi matriculado neste local em 1872, um ano depois da lei do “ventre livre” e ainda dentro do prazo para a inscrição de matrículas entre 1 de abril à 30 de setembro de 1872<sup>27</sup>, segundo o artigo impositivo da

---

<sup>24</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Verbete Dicionário da Escravidão e Liberdade - Legislação emancipacionista - 1871, 1885*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbete-Dicionário da Escravidão e Liberdade). P.279

<sup>25</sup>Ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, (2018).

<sup>26</sup>Livro de escritura, compra e vendas de Cantagalo- 1880 a 1883. p. 1

<sup>27</sup>ESPÍNDOLA, Ariana Moreira et al. *Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos*. 2017.

matricula, os escravizados deveriam ser registrados no seu local de residência, mas o local de nascimento e residência para muitos em cativo não eram os mesmos, haja visto o constante comércio interno da mão de obra escrava. A origem do escravo de matrícula número 1565 como residência é de Cabo Frio, mas esse mesmo escravo pode ter nascido em outra comarca, cidade ou província. Vendido por dois contos e duzentos mil réis, esse corpo preto jovem de quinze anos, seguramente era uma propriedade de valor, pois estava em idade de grande produtividade e aproveitamento de sua força laboral nas grandes plantações de café da região.

Nas páginas seguintes no mesmo ano em 17 de setembro, a escritura de uma escrava, no mesmo cartório em Cantagalo, vendida pela Dona Maria, o sobrenome não obtive êxito em identificar, vendeu ao outorgado Francisco Antônio de Araújo, ambos moradores da referida comarca, se lavrou a venda de:

*Ignacia, preta, vinte sete anos, solteira de raça, matriculada sob números 3.184 da matrícula 2, da relação em 6 de março de 1872... acompanha a referida escrava sua filha Maria, preta, nascida em 6 de maio de 1875 e matriculada com o número 2.062.<sup>28</sup>*

Nessa experiência de venda se observa a citação dos nomes da mãe e filha vendidas, Ignacia e Maria, de 27 e 5 anos de idade respectivamente, que foram arrematadas pelo o outorgado Francisco Antônio de Araújo pela quantia de 1 contos de réis, ambas adquiridas juntas, assim obedecendo o dispositivo jurídico da não separação dos filhos de seus pais.

Nessas duas experiências de compras e vendas de escravizados na região de Cantagalo, se pode observar o comércio de escravos advindos de outras regiões como Cabo Frio, entre outras províncias vizinhas, , mas em particular um comércio de um corpo escravizado jovem de 15 anos, a tentativa de conhecer a história desse corpo e suas percepções e expectativas, de veras é muito instigante, que fim levou o menino de matrícula 1565, onde foram e como viveram Ignacia e Maria, essas perguntas de certa forma servem como premissa preliminar nesse trabalho e em análises mais substanciais futuras, quando mobilizo essa fonte de compra e vendas, se tem registros de 1880 a 1883 com mais de 100 folhas, um espelho muito importante para entender as dinâmicas do balcão de vendas da

---

<sup>28</sup>Livro de escrituras, compras e vendas de Cantagalo -1880 a 1883. p. 2.

escravidão de Cantagalo, bem como também identificar características físicas, de origem e ofício desses corpos escravizados.

Na presente pesquisa analisei os processos judiciais de compras e vendas com o recorte temporal de 1880, com a primeira venda em 17 de novembro e a última em 28 de Dezembro, dois meses de registros das dinâmicas burocráticas e normas para a efetivação do termo de posse, se encontram nesses documentos os nomes e origem dos “*senhores e possuidores*”, como também os dos compradores, dentro dessa dimensão, observou-se que muitas vendas foram feitas por procuração e representantes, em poucos casos de fato o possuidor compareceu perante ao juiz de paz no cartório. Os registros dos escravizados vendidos apresentam nomes, características físicas, ano de nascimento, ocupação e origem da matrícula, nesse último podemos rastrear em alguns casos a origem desses indivíduos, pois a política de matrícula de 1872, tinha como condição o registro dos escravos no seu local de permanência ou residência só a partir dessa data, mas atentos ao forte tráfico entre províncias e os fluxos de escravizados, não se pode ter uma imposição sólida, as origens construídas no pós 1872.

Os papéis nos informam que nesse curto período de dois meses foram vendidos 66 escravizados, apenas nesse cartório em que os registros foram lavrados, dentre esses números são: 35 mulheres, 31 homens, com idades de 1 ano e 8 meses há 60 anos, todos solteiros, encontrou-se 3 casos de mães vendidas juntos com os seus filhos, Ignacia e sua filha Maria, Silveria e sua filha Leolinda e Felícia juntos com suas filhas Maria e Tabriciana. Crianças, homens e mulheres vindos de diversas províncias do país como Minas Gerais, Bahia, Ceará, Alagoas, Santa Catarina, Paraíba, Paraíba do Norte, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Em regiões próximas também como a Corte, Saquarema, Cabo Frio e Araruama.

Descritos em sua maioria como pretos e pardos, mas também há casos de denominação fula, cabra e congo, por último se descrevem em muitos casos a ocupação de cada um, a maioria são *da roça*, indivíduos que possuem técnicas e experiências nas plantações – campesinato negro-, outras *domésticas* e um caso de um cozinheiro, Antônio de 39 anos, algo curioso, pois é raro tal ocupação para os homens no mundo rural. Seguem abaixo uma tabela com todos os escravizados vendidos de novembro-dezembro de 1880:

## Registros de compra e venda de escravizados em Cantagalo, ano de 1880.

\* Mães escravizadas, vendidas junto com os filhos

NOME	IDADE	Matriculado em	COR	OFÍCIO
Homem	15	Cabo Frio	Preto	
Ignacia*	27	Cantagalo	Preta	
Maria	5	Cantagalo	Preta	
Sabrina	20	Minas Gerais	Preta	Doméstica
Mulher	17	Campos	Preta	Doméstica
Maria	23	Bahia <sup>29</sup>	Cabra	de roça
Homem	22	Santa Catarina <sup>30</sup>	Cabra	de roça
Homem	16	Ceará	Pardo	de roça
Mulher	23	Bahia	Preta	de roça
Tereza	21	Paraíba do Norte <sup>31</sup>	Parda	de roça
Silveria*	25	Alagoas <sup>32</sup>	Parda	de roça
Leolinda	2	Cantagalo	Parda	
Sindolpho	29	Paraíba	Pardo	de roça
Antônio	19	Bahia <sup>33</sup>	Pardo	de roça
Homem	24	Capital da Bahia	Pardo	de roça
Cipriana	17	Bahia	Preta	Doméstica
Fernando	19	Cantagalo	Preto	
Estolano	28	Saquarema	Preto	de roça
Genoveva	52	Saquarema	Preta	de roça
Bazilia	33	Cabo Frio	Preta	de roça
Domingas	30	Saquarema	Preta	de roça
Manoel	13	Saquarema	Preto	de roça
Mulher*	21	Capivari	Preta	de roça
Januária	8	Capivari	Preta	
Adelaide	1/ 8 meses		Preta	

<sup>29</sup>Cidade de Barra do Rio Grande.

<sup>30</sup>Cidade de Laguna.

<sup>31</sup>Cidade de Vila Bella.

<sup>32</sup>Matriculada na alfandega de Alagoas.



**Tabela 2**

NOME	IDADE	Matriculado em	COR	Ofício
Cândida	28	Saquarema	Fula	de roça
Sabino	45	Cabo Frio	Preto	De roça
Paula	22	Pernambuco <sup>34</sup>	Preta	de roça
Homem	30	Maranhão	Preto	de roça
Severino	27	Pernambuco	Preto	de roça
Augusto	18	Maranhão	Preto	de roça
Maria	34	Rio Grande do Sul <sup>35</sup>	Preta	Doméstica
Mulher	14	Piauí <sup>36</sup>	Cabra	Doméstica
Fernando	19	Saquarema	preto	de roça
Geraldo	43	Araruama	preto	de roça
Oléria	23	Saquarema	preta	de roça
Antônio	27	Saquarema	preta	de roça
Felícia*	43	Saquarema	preta	de roça
Maria	8	Saquarema	parda	
Tabriciana	4	Saquarema	parda	
Agostinha	21	Pernambuco	parda	de roça
Homem	37	Maranhão <sup>37</sup>	Preto	de roça
Raphael	15	Bahia <sup>38</sup>	Cabra	de roça
Joana	30	Piauí	Fula	de roça
Homem	24	Pernambuco <sup>39</sup>	preto	de roça
Joaquim	15	Pernambuco	preto	de roça
José	14	Pernambuco	preto	de roça
Manuela	24	Rio Grande do Sul	preta	
Virginia	30	Bahia	preta	

---

<sup>34</sup>Em Pedra de Fogo

<sup>35</sup>Cidade de Pelotas

<sup>36</sup>Em Paranaguá

<sup>37</sup>Em Caxias

<sup>38</sup>Em Capina-grosso

<sup>39</sup>Em Recife

**Tabela 3**

NOME	IDADE	Matriculado em	COR	Ofício
Joana	28	Alagoas <sup>40</sup>	parda	
Cecília	26	Bahia	preta	
Eva	20	Corte-RJ	parda	
Luiz	16	Bahia <sup>41</sup>	preto	de roça
Félix	23		Pardo	de roça
Cipriano	26	Bahia	preto	de roça
Manoel	30	Ceará	parda	de roça
Fidelis	60	Cantagalo	congo	de roça
Eva	19	Paraíba do Norte <sup>42</sup>	preta	
Antera	24	Piauí <sup>43</sup>	preta	
Homem	30	Pernambuco <sup>44</sup>		
Antônio	39	Rio de Janeiro	preto	Cozinheiro
Martino	12	Maranhão <sup>45</sup>	preto	
Vicente	12	Rio Grande do Norte	parda	
Cosme	13	Pernambuco	parda	
Belmira	13	Pernambuco	parda	
Maria	13	Pernambuco <sup>46</sup>	parda	

---

<sup>40</sup>Em Villa do Norte.

<sup>41</sup>Em Monte Alegre.

<sup>42</sup>Em São João.

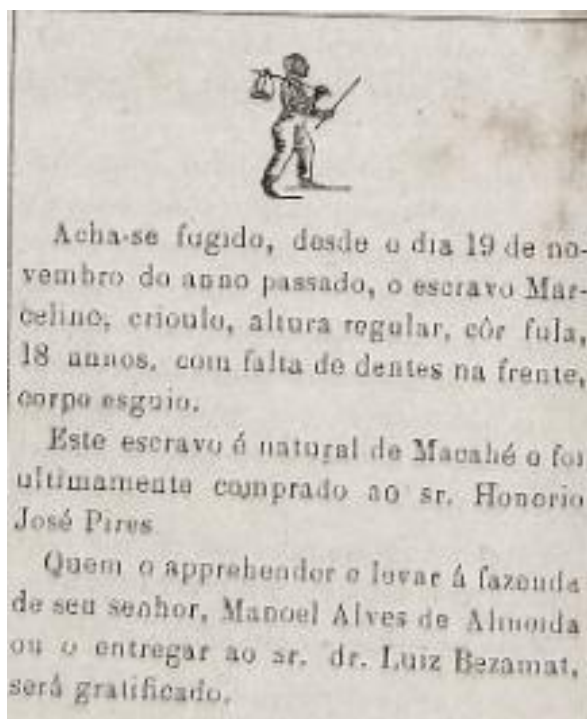
<sup>43</sup>Em Maracaju.

<sup>44</sup>Em Água Preta.

<sup>45</sup>Em Caxias.

<sup>46</sup>Em São Bento.

## Acha-se um fujão, alguém viu?



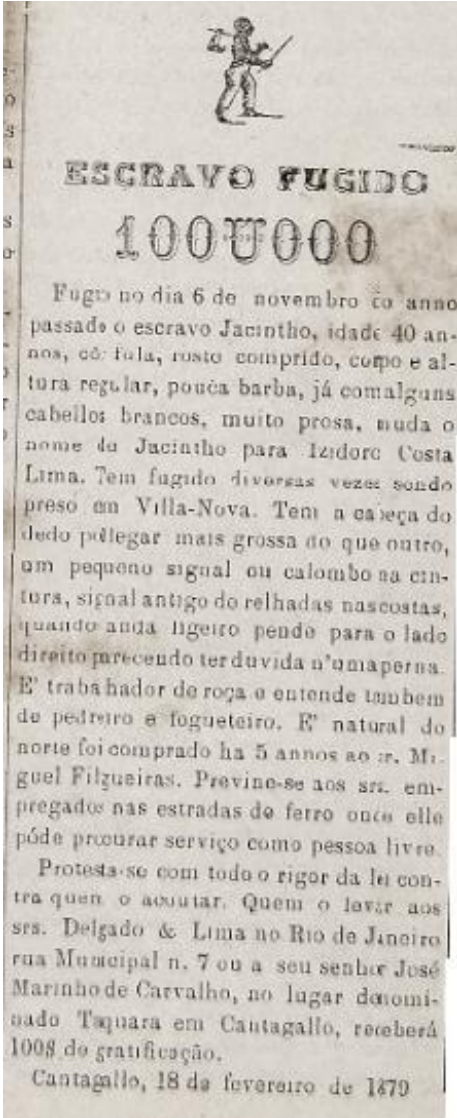
47


Em breves análises das notícias de fugas e resgates de escravizados no jornal *O Conservador*, é possível identificar características físicas e origens de negros e negras fugidos em Cantagalo, as fugas caracterizavam como o momento em que as relações entre o senhor e os cativos não estavam mais em perfeita harmonia, os casos de castigos muitas das vezes podem ter impulsionado as fugas, pois a coerção devia ser organizada e bem implementada entre todos os escravos “na esperança de produzir obediência e sujeição”<sup>48</sup>, pode se observar que a causa das fugas acontecem quando os conflitos sociais dos cativos chegaram ao limite, pois o cativeiro é também uma constante negociação de ambos os lados, sem isso a paz nas fazendas não aconteceriam, a quebra dos limites para assegurar a paz eram diversos, os maus tratos, a exaustão do trabalho na roça e nesse caso, a não permissão do descanso ou mesmo o consumo da “água ardente” nas plantações, ou a proibição do lazer aos domingos, esses são alguns dos poucos exemplos das dinâmicas de conflitos, a fuga de

<sup>47</sup>O *Conservador*, 8 de abril de 1879.

<sup>48</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. GRINBER, Keila. *Verbetes Dicionário da Escravidão e Liberdade – “Castigos físicos e legislação”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbetes-Dicionário da Escravidão e Liberdade). P.144.

certo estabelecia o rompimento das negociações entre os cativos e o senhor, a fuga era se não o fim do balcão das negociações do cativo. Apresentação de outros anúncios de fugas da região abaixo:





**ESCRAVO FUGIDO**  
**1000000**

Fugiu no dia 6 de novembro do anno passado o escravo Jacintho, idade 40 annos, cô: Fala, rosto comprido, corpo e altura regular, pouca barba, já com alguns cabellos brancos, muito prosa, muda o nome de Jacintho para Izidoro Costa Lima. Tem fugido diversas vezes sendo preso em Villa-Nova. Tem a cabeça do dedo polegar mais grossa do que outro, um pequeno signal ou calombo na cintura, signal antigo de relhadas nascostas, quando anda ligeiro pende para o lado direito parecendo ter duvida n'umaperna. E' trabalhador de roça e entende tambem de pedreiro e fogueteiro. E' natural do norte foi comprado ha 5 annos ao sr. Miguel Filgueiras. Previno-se aos srs. empregados nas estradas de ferro onde elle pôde procurar serviço como pessoa livre.

Protesta-se com toda o rigor da lei contra quem o acouiar. Quem o levar aos srs. Delgado & Lima no Rio de Janeiro rua Municipal n. 7 ou a seu senhor José Marinho de Carvalho, no lugar denominado Taquara em Cantagallo, receberá 1000 de gratificação.

Cantagallo, 18 de fevereiro de 1879

49

**1500000**



Fugio da fazenda do Corrego de Santa Anna o escravo de nome Estevão, de 23 annos pouco mais ou menos, côr preta, alto, cheio de corpo, pés grandes e os dedos arqueados para dentro, anda quasi sempre ligeiro, bons dentes na frente, não tem barba, a cabeça um tanto pequena, bem fallante, é filho de Minas Geraes, cidade de Caeté, levou vestido roupa fina, calça de brim d'angolla camisa de morim, camisa de meia, e ciroula toda nova chapéo de labre, preto, foi comprado a João Paula dos Santos, de S. José d'Além-Parayba; é provavel que para lá se dirigisse: quem o apprehender o levar a seu senhor Francisco José Xavier Monnerat, no Bom-Jardim, ou na côrte em casa dos srs. Macedo Sobrinho & Abreu, rua de S. Bento n. 28, será gratificado com a quantia acima.

Bom-Jardim, 1 de janeiro de 1879. Estrada de ferro de Cantagallo.

50

<sup>49</sup> O Conservador, 8 de abril de 1879.

<sup>50</sup> O Conservador, 7 de janeiro de 1879.

O primeiro anúncio descreve a fuga do escravo de nome Marcelino, suas características são: crioulo, altura regular, cor fula, não possuía os dentes da frente, tinha corpo esguio e 18 anos de idade, suas origens eram de Macaé, fugido desde 1878, a sua procura estendia-se por mais de um ano. O segundo anúncio se observa que o proprietário apresenta uma descrição mais densa e carregada de detalhes na busca de seu escravo fugido, diferente do primeiro, as palavras não são econômicas, o fujão se chamava Jacintho com a idade de 40 anos, partiu em 6 de novembro de 1878, coincidências Jacintho fugirá no mesmo ano que o jovem Marcelino, com diferença antecipou em oito dias sua jornada, natural do norte, descrito como cor fula, de rosto cumprido corpo e altura regular, pouca barba e de cabelos brancos, possuía o dom da lábia, mudava constantemente sua identidade -estratégia- para a manutenção da sua liberdade, as vezes se denominava Izidoro Costa Lima, entrava em cena carregado de suas histórias e prosas, persuadia aqueles que passavam por si, segundo o anúncio fugiu por diversas vezes. Tem suas indicações de qualificações do labor na roça, pedreiro e fogueteiro, essa descrição dos afazeres é o diferencial desse anúncio, o mesmo se pode dizer no pedido de atenção e cuidados, na tentativa do senhor de prosa Jacintho ludibriar outros como homem livre, na busca de trabalho nas estradas de ferro, capturar esse homem de prosa se demonstrou difícil em um ano de busca, os esforços eram numerosos, visto a recorrência do mesmo anúncio durante os meses adiante.

O último anúncio analisado é de um escravo de nome Estevão, de 23 anos pouco mais ou menos, fugido da fazenda do córrego de Santa Anna, descrições de cor preta, alto, cheio de corpo, pés grandes, bons dentes na frente, não tem barba, cabeça pequena e bem-falante. É apresentado como natural de Minas Gerais, na cidade de Caeté, comprado na comarca de S. José d'além Paraíba, o seu dono é José Xavier Monnerat, da família Monnerat que possuía muitos prestígios na região, tal prestígio devia também se perpetuado com a ordem e manutenção coercitiva de seus cativos, era preciso a pronta recuperação de sua propriedade, bem como também restaurar a reputação do controle do cativo perante a sociedade e seus escravos, para fins de não haver mais fugas ou insurreições.

## **CAPITULO II – A “FESTA DOS NEGROS”**

As notícias da abolição nas terras rurais logo chegariam em poucos dias, após o 13 de maio, contudo seus resquícios e a forte eminência emancipatória já eram bem disseminadas no meio social e político, bem como também entre os cativos, pois com o número crescente de fugas e insurreições, a paz cafeeira seria então abalada nos finais do século XIX no Vale do Paraíba e outras regiões. Os libertados antecipadamente, fugidos ou apadrinhados tiveram como experiência o balcão de negociações da liberdade, sendo esse status indissociável as dinâmicas do trabalho, pois a liberdade de usar a energia, braços e pernas para o ofício se percebeu restrita, mesmo para aqueles libertados antes do 13 de maio.

A festa dos negros e a celebração da liberdade nos distintos espaços e territórios do Brasil, foi a experiência de uma ruptura política e social de uma estrutura que regeu as dinâmicas do país por mais de 300 anos, celebrações e manifestações diversas que tomaram os principais espaços públicos das grandes cidades. Na corte uma grande aglomeração nos arredores do Senado recebia as notícias do fim da escravidão, instituições que fomentavam as ideias abolicionistas aparamentaram suas sedes para os festejos, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, irmandades, confrarias e algumas redações de jornais liberais. A lei assinada pela princesa Isabel durante muito tempo foi representada como o momento ápice da festa, o mesmo podemos dizer na representação da missa campal nas proximidades da propriedade privada da família real em São Cristóvão, no dia 17 de maio de 1888, uma multidão que acompanhou os festejos religioso da abolição, entre eles os escritor Machado de Assis, reconhecido sua presença recentemente pela pesquisadora e editora-assistente da Brasiliana Fotográfica, Andrea Wanderley, a partir da, análise de uma foto tirada na celebração.

Assim, como podemos pensar sobre esse dia que estremeceu o império? como entender uma festa, a “Festa dos Negros” como o melhor momento das vidas dos escravizados?

Em respostas, essa experiência foi apresentada como o momento em que a “civilidade” chegou ao país, outras respostas se impõem o sentido de benevolência , pois não é possível conceber que no dia em que sua liberdade é reconhecida, essas pobres almas não estivessem em pleno êxtase e felicidade ou gratidão, o dia da festa durante muito tempo foi ressignificado como o dia em que os negros e negras beberiam até cair, dançaram, brigaram ou se vingaram . Estudos que buscam o sentido dessa data para os recém libertos, apresentam que tal dia foi um momento de êxtase para os negros, um momento de puro

sentimento de um futuro próspero, mas a busca da homogeneização dos sentimentos ou até mesmo a tentativa de traduzir uma essência autêntica, é um movimento que acabam formando discursos e representações totalitárias, assim esse trabalho se afasta de qualquer análise que buscam a essencialização desse dia para os negros, pois em registros de jornais distintos, celebravam um projeto de transformação de país, onde uma sociedade escravista não era mais vista com bons olhos perante ao mundo, a busca da civilidade pode por um lado trazer discursos ditos antiescravista, o bem comum universal, mas também pode ser acompanhado por um discurso fortemente “ideológico alienado das essências do povo formador da nação, desqualificava e barrava com artifícios morais, econômicos, políticos, estéticos, religiosos, e mesmo cientificistas o meio social de descendentes de africanos”<sup>51</sup>, discursos esses que tiveram grande adesão na instauração da República.

Dois jornais da região de Cantagalo, o “*Voto Livre*” e o “*Correio de Cantagalo*” protagonizaram fortes embates acerca dos interesses da manutenção ou não da escravidão na região, o primeiro de status liberal e o segundo conservador, ambos apresentavam em suas páginas suas perspectivas políticas e sociais de país.

No 13 de maio no Jornal *Voto Livre* não se viu nenhuma notícia sobre a lei, muito explicado pela demora na chegada da notícia e pela falta de tempo hábil pra prospecção dos exemplares, mesmo assim na edição desse dia, enquanto a corte vivia o “espetáculo da abolição”<sup>52</sup>, onde se viam distintas manifestações sobre o tema, em Cantagalo não havia tranquilidade no dia 13 de maio nas páginas de notícias, de certo os jornais eram utilizados também, para exaltação de conflitos e trocas de respostas quando posto a honra ou imagem a prova, a decência e boa moral deviam ser preservados, dito isso em análise do exemplar do *Voto Livre* do 13 de maio, se encontra um direito de resposta do Dr. Antônio Pinto de Mendonça, político da cidade, contra uma publicação dirigida em seu nome no diário *Novidade* com o título “O Moleque do Sr. Antônio Pinto”, em sua resposta iniciada com as palavras “Má fé”, consta as seguintes palavras:

“Com esta epigrafe publicou há dias o Novidades uma notícia ridícula e caluniosa, a propósito da libertação que eu dei a um escravo meu no ano de

---

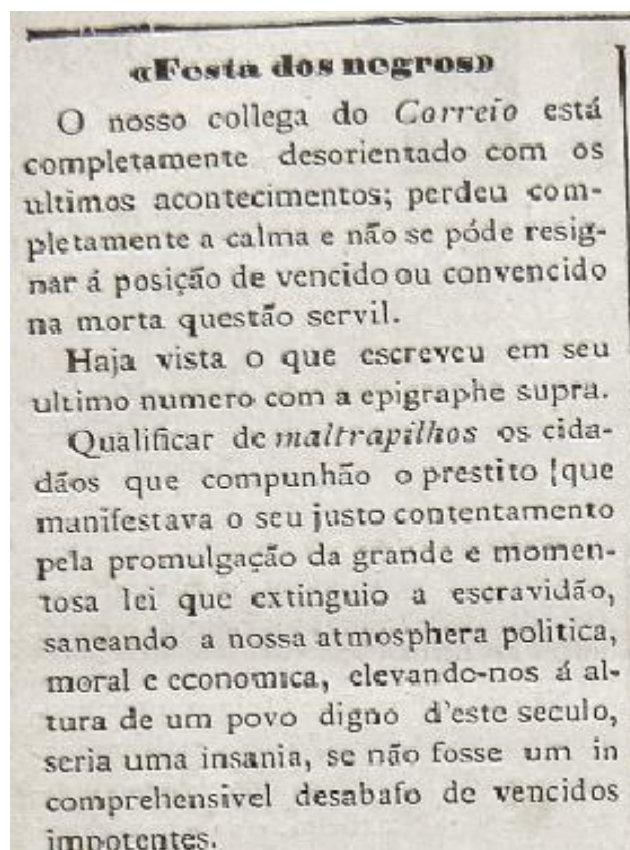
<sup>51</sup>SIQUEIRA, José Jorge. *Liberdade Cidadã e a Questão do Negro na I República: o caso do Vale do Paraíba Fluminense. Sankofa (São Paulo)*, v. 02, p. 01-23, 2012.

<sup>52</sup>Moraes, Renata Figueiredo. "As festas da abolição na Corte Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888." *Anais do 5*.

1882, em uma festa abolicionista nesta corte. E para que a tal notícia corresse mundo, o interessado a fez reproduzir no jornal do Commercio.... Saiba o Novidades que nunca tive em minha companhia, nesta corte, escravo algum, e o mesmo que eu libertei estava no Ceará”

Na busca da restauração pública de sua decência, Antônio Pinto apresentou sua versão dos fatos no exemplar, pois sua moral devia ser restaurada perante os seus círculos sociais e políticos, sendo um político antiescravista não poderiam sobrar quaisquer dúvidas de sua reputação.

Em 20 de maio de 1888, o Voto Livre publicou em suas páginas críticas ao uma publicação do jornal Correio de Cantagalo, sete dias após a assinatura da lei áurea, a festa em torno da comemoração emancipatória não foi bem recebida por alguns, como podemos ver na publicação abaixo:



Publicação retirada do jornal *Voto Livre*, 20 de maio de 1888.



Os “maltrapilhos” denominação atribuídas aqueles que manifestavam o fim da escravidão, esse adjetivo pejorativo carrega uma imposição, de que aqueles que festejavam a “festa dos negros” se rebaixavam a condição de maltrapilhos, ou seja, não eram dignos de uma boa definição, no relato não se tem características ou nomes de quem eram essas pessoas descritas pelo jornal *Correio*, a não ser os trechos em que diz que a ofensa foi direcionada aos “*concidadãos distintos a todos os respeitos*”<sup>53</sup>, em outra publicação um trecho expõe a seguinte nota: “*ao chegar a notícia da sanção de S.A. Imperial ao decreto legislativo que aboliu a escravidão no Brasil, diversos moços de boa vontade saudarão com inúmeros foguetes*”<sup>54</sup>, o show de pirotecnia improvisada foi seguido, segundo os relatos, de uma procissão cívica pela cidade, por moços de boa vontade. A tentativa de identificar os concidadãos presentes nesse dia pode ser uma tarefa difícil, mas é possível por meios das publicações dos jornais da região, a análise e compreensão pós 13 de maio em Cantagalo e de coletivos sociais ou alguns indivíduos presentes. As reações diversas expõem uma sociedade partida, em que de um lado é nítido o sentimento do “progresso” no seu tempo e contexto, no outro a ideia de que precisava ser um avanço cauteloso e pausado pois já se faziam saber que as mudanças logo viriam.

Em um noticiário seguinte sobre o título “Festa da liberdade” se discorre sobre a preparação de um festejo no dia 27 no domingo, dia religioso e de presença na missa para aqueles mais devotos, abdicar dessa tarefa para ir em festejos poderia ser considerado um pecado, porém em números menos expressivos como na corte, se fez presente aqueles que já não mais celebravam a escravidão, foi arrecadada uma quantia de 500 mil réis entre 100 pessoas subscritas, seriam esses indivíduos de “boas almas”?

A pergunta em aberto se preenche com a preocupação no convite para os festejos, foi aberto a convocatória a todos os cidadãos para a manifestação popular, se pede entretanto o esquecimento de qualquer ressentimento até o dia do festejo, observação essa da manchete em que se pode refletir que houve atritos entre os campos opostos, segue as linhas:

“A abolição da escravidão é hoje um facto contra o qual seriam impotentes todas as reações, e se para alguns dos nossos concidadãos pode parecer

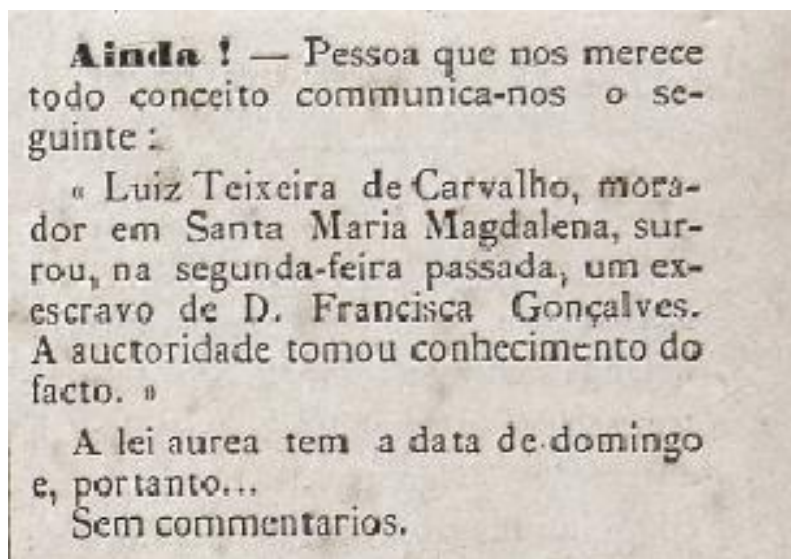
---

<sup>53</sup> Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

<sup>54</sup> Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

precipitada, é certo que nem por isso deixará de ser ela uma gloriosa conquista para a pátria comum...”<sup>55</sup>

Notícias de Milão mudaram os rumos dos festejos, o Imperador não se encontrava bem de saúde<sup>56</sup> e por bom senso, a comissão organizadora resolveu cancelar os festejos, todos aqueles que contribuíram com quantias, teriam seus réis de volta. De fato, em Cantagalo os festejos da abolição só aconteceram no dia 14 de maio, mas houve também no dia 20 de maio noticiado pelo jornal Voto Livre, uma “reunião de libertos” na estação de Macuco, aglomerou perto de 1.000 libertos que ali fizeram local de seus festejos, promoveram “ danças, ao toque das duas excelentes bandas de música do Sr. Capitão João Lopes Martins e da Exma. Sra. D. Anna de Pinho, ambas compostas de libertos”<sup>57</sup>, após o dia de lazer e diversão partiram de volta para as fazendas onde trabalhavam, a paz se fez durante todo tempo que ali festejaram, não havendo nenhum incidente.



Jornal *Voto Livre*, 20 de maio de 1888.

A palavra “**Ainda**” invocada em negrito, ferramenta essa usada para chamar atenção ao enunciando, nos apresentam um contexto e observância de que ainda à sociedade e seus

---

<sup>55</sup>Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

<sup>56</sup>Jornal Voto Livre, 27 de maio de 1888.

<sup>57</sup>Jornal Voto Livre, 20 de maio de 1888.

indivíduos podem articular códigos culturais que os constitui e fazem parte de suas subjetividades, Luiz Teixeira de Carvalho surrou um liberto que fora cativo de D. Francisca Gonçalves, um dia depois do 13 de maio, em plena segunda-feira, a nota não apresenta os motivos para tal fúria e castigo perpetrado contra o corpo preto, que por normas jurídicas não era pertencente mais a dona algum. O comentário de tal ação foi negado, pois em características dos contextos da época, as justificativas da ação não seriam mais apresentadas ou aceitas, mesmo assim é possível identificar resquícios de práticas escravistas que se perpetuaram no início do século XX, os corpos negros nos códigos jurídicos em tese não poderia mais sofrer com os castigos ou chibatadas desde 1886<sup>58</sup>, mas as normas jurídicas não acompanhavam ou modificavam as experiências sociais que eram intrínsecas e distintas nos espaços, pois em verdades apenas em 1910 na cidade do Rio de Janeiro, a cultura das chibatadas foram questionadas pelos coletivos de marinheiros negros, que eram punidos sobre as mesmas dinâmicas outrora estabelecidas pelo o Estado escravista, a revolta trouxe a tona o quão ainda era necessário a luta da preservação e existência do negro na sociedade Brasileira, o “Almirante Negro” ousou apontar armadas e disparar em direção a capital do país, talvez esse seja um dos episódios mais significativos no campo militar de motim do início do século XX, tal ação sem precedentes na história buscou o respeito e a dignidade dos corpos negros, viva João Cândido<sup>59</sup>.

### **República de Cantagalo**

Em seção extraordinária em 20 de novembro de 1889, no paço municipal de Cantagalo, vereadores chegavam e se concentravam na sala das seções que começou a 1 hora da tarde, estavam presentes o Dr. Francisco José de Souza Gomes, Antônio Viera Torres, Dr. Manoel Figueiredo, Capitão Joaquim Baptista Lapér, Dr. Herculano José de Oliveira outros cinco vereadores não compareceram a seção, o único a apresentar justificativas por ofício pela sua ausência foi o vereador Dr. Augusto Mello. Cinco dias após o 15 de novembro, foi iniciada a seção se discutiu e foi elaborado uma moção pública da câmara municipal de Cantagalo, resultado alguns trechos abaixo:

---

<sup>58</sup>GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. **Dicionário da escravidão e liberdade**, v. 50, 2018.p.148.

<sup>59</sup>João Cândido Felisberto, nasceu em Rio Grande do Sul no ano de 1880, filhos de ex- escravos, foi um militar brasileiro, da Marinha de Guerra do Brasil, líder da Revolta da Chibata (1910), faleceu em 1969.

“Meus Concidadãos. Os acontecimentos memoráveis do dia 15 de novembro que unidos por movimento militar, em que o exército e armada nacionais se levantaram unidos para depor o ministério... vindicta consequente a humilhação que esse governo pretendia infligir a suas gloriosas classes dos melhores servidores do país, deram em resultado a queda da monarquia e a proclamação da República pelo povo no paço municipal do Rio de Janeiro... foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brazil, pelo povo, exército e armadas nacionais na mais completa e absoluta comunhão de ideias e sentimentos”<sup>60</sup>

Lida a moção e votada perante o pares, se observa algumas palavras que representam o sentimento de alguns, como disseram a “classe servis” que já não estavam mais contentes com os rumos políticos e sociais do regime monárquico, seguidas de palavras mais duras e significativa como a vindicta- vingança- que para muitos foi consequência da humilhação das mudanças que se deram nos finais do século XIX no país, o resultado de tal vingança foi a queda da monarquia pelo povo, em comunhão com as instituições do exército e as armadas nacionais.

A ata nos fornece linhas de palavras que surgiram naquele dia, no prédio da municipalidade da cidade, onde finalmente os atingidos pelo fim da escravidão ou mesmo os republicanos puderam se expressar de forma política, seguindo as próximas linhas da moção foi dito que o “ Imperador se retirou das terras brasileiras, onde a sua presença ou de qualquer membro de sua família, poderia constituir em perigo a ordem e tranquilidade da República”<sup>61</sup>. De imediato as tentativas de homenagens do novo regime foi apresentada pelo presidente, foi proposto que mudassem os nomes do Largo da Matriz para Largo 15 de Novembro, o mesmo com a rua Princesa Imperial para Benjamin Constant, em continuidades da euforia de mudanças, foi apresentada também a proposta de modificação do nome da praça Municipal, para praça Marechal Deodoro, ambas propostas aprovadas.

Em 5 de janeiro de 1890, foi lido o decreto estadual de dissolução das câmaras municipais, que passava a administração pública ao conselho de intendência do Governo do Estado, foi pedido e convidado pelos vereadores da cidade o intendente para comparecimento no paço, o que não aconteceu. A posse do intendente de fato ocorreu três

---

<sup>60</sup>ATA DA CAMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, 20 de novembro de 1889.

<sup>61</sup>ATA DA CAMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, 20 de novembro de 1889.

dia depois, em 8 de janeiro as 11 da manhã, os membros do conselho foram apresentados e de facto nesse dia foi declarada a dissolução da câmara, foram tomadas a posse de suas cadeiras os novos membros, a presidência da municipalidade foi designada por decreto ao republicano Dr. João Baptista Lapér<sup>62</sup> uns do filhos da Baronesa de Cantagalo. Em novas dinâmicas Republicanas muitos senhores com títulos monárquicos tiveram que abdicar de seus títulos, mesmo que por manutenção e memória popular, títulos mesmo que extintos se perpetuaram na boca do povo, senhores nobres, políticos e fazendeiros, que possuíam escravos, se tornaram membros de partidos Republicanos regionais e nacionais.

### **Trabalhadores e Homens de cor em Cantagalo**

O início do período republicano gerou um novo paradigma social aonde os negros recém libertos ou aqueles que já não viviam mais juridicamente sobre o regime de escravidão, tiveram como experiência um período de estagnação ou coerção da mobilidade social. As preposições e análises sobre os trabalhadores e homens de cor, são categorias que em contextos do mundo do trabalho brasileiro, são indivisíveis para esses indivíduos sociais presentes nesse tempo e espaço, ditos aqui pós abolição e primeira República, abolir a falta de direitos da liberdade individual e do trabalho de indivíduos em cativeiro, se demonstrou um processo mais que complexo, pois em paralelo se propunha a era da “modernização” e “civilização” para o país<sup>63</sup>, onde os homens de cor surgem nos discursos racistas, preconceituosos e de superioridade, legitimados em estudos ditos “científicos”.

A busca da estabilidade e condições de sobrevivência apresentavam seus limites, adquirir a liberdade também significava o exercício constante de estratégias e escolhas dos distintos ex-cativos, no qual a busca do trabalho, terras, moradias, educação, interação social e conservação da família se apresentou como uma busca permanente – renegociação-, com reverberações até os dias atuais<sup>64</sup>.

Muitas dessas estratégias relacionaram-se com as construções das sociabilidades desses indivíduos, nos seus espaços e tempos, onde a escolha da permanência nas fazendas, nas famílias senhoriais e/ou a manutenção dos apadrinhados, levavam em conta as redes, as

---

<sup>62</sup>Nasceu em Cantagalo, em 20 de junho de 1848, filho de João Batista Lapér e de Francisca Cândida de Gouveia. Graduou-se médico na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, foi proprietário rural, deputado provincial em 1884 e eleito senador constituinte em 1890, ocupou o mandato até 1896, faleceu em 1901.

<sup>63</sup>Ver: SIQUEIRA, José Jorge. (2012).

<sup>64</sup>Ver: Mattos, Rios. (2004).

estruturas familiares, principalmente daqueles que já possuíam o status de confiança, construídas ao longo do tempo, a “boa reputação” para o labor na lógica de manutenção de sua (frágil) liberdade, que configurou como prática durante muitos anos no mundo do trabalho<sup>65</sup>.

Em disputas da permanência da ocupação nos núcleos de trabalhos, os “libertos” denominação muito usada ainda durante a primeira República, tinham que articular suas habilidades e forças na busca de novos horizontes e perspectivas, se distanciando assim de alguns estudos em que colocam a migração dos recém libertos como apenas associado ao processo do fim da escravidão, se sabe que de imediato pós abolição, os libertos buscavam a estabilidade em seus respectivos núcleos de trabalhos, reconhecer e constituir as distintas formas de estratégias desses indivíduos, é uma das formas de articular suas subjetividades e agências, em outras estratégias, a busca da migração pode ter sido fomentada também pela perpetuação da violência, na busca de uma maior educação<sup>66</sup> e as constantes interpretações e medo sobre a manutenção da escravidão.

A exemplo a mensagem no jornal Nova Pátria de 1 de dezembro de 1889, direcionada aos Lavradores da região de Cantagalo, a manchete era um informativo indicados aos lavradores, pedindo um melhor diálogo sobre as dinâmicas dos trabalhos, com os libertos, a fim de tirar quaisquer dúvidas, sobre o pesadelos assinalados nessa manchete do temor da volta dos tempos escravistas, a partir disso podemos articular e observar que o medo dos libertos não se dava pela volta da estrutura escravista, que de certo não se fazia eminente, mas sim um sinal de que nos núcleos de trabalhos agrícolas, após um ano da abolição, ainda se mantêm dinâmicas e características sociais da escravidão. Foi instaurado a demanda de forças policiais para manter a paz e a ordem, a fim debelar futuros protestos ou motins, tal temor não se deu apenas em Cantagalo, a secretaria policial do Estado do Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1889, ordenou que por meio de comunicados e por intermédios de subdelegados das regiões, informassem que os “libertos continuariam a gozar dos direitos que lhe foram concebidos pela mesma lei”<sup>67</sup>.

A preocupação por outro lado não era exclusiva aos libertos, a Associação dos Lavradores de Cantagalo, gerenciada por João Antônio da Silva Peres, em uma publicidade

---

<sup>65</sup>Ver :Mattos, Rios. (2004).

<sup>66</sup>COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

<sup>67</sup>Nova Pátria, 1 de dezembro 1889.

no Voto Livre, desde 29 de agosto, pedem que os senhores fazendeiros e os lavradores do município, declarem na rua de Santa Anna, número 72, a quantidade de famílias de imigrantes que desejavam para serem empenhados em seus estabelecimentos agrícolas, pede-se também indicação da preferência das nacionalidades estrangeiras, a associação informa que todo mês de setembro ou outubro espera se receber imigrantes “italianos (Norte da Itália, Aosta, Ivreal, portugueses do continente e ilhas, alemães e talvez gallegos, todos sabidos das populações rurais”<sup>68</sup>, os imigrantes receberiam hospedagens e acomodações sem custos aos senhores fazendeiros, em uma hospedaria instalada em Cordeiro.

A ideia de que a imigração estrangeira nesses espaços rurais, ocasionou a imediata migração dos libertos para outras regiões não traduz a totalidade das experiências no pós-abolição, muitos desses libertos permaneceram nos seus núcleos de trabalhos que outrora foram coercitivos, abandonar essa estabilidade não era de certo, a melhor opção para muitos libertos, pois a incerteza da sociabilidade e trabalho em lugares longínquos e desconhecidos era um dos fatores de permanência, essas estratégias e busca de estabilidades forneciam momentos de acirramentos com os novos quadros estrangeiros empregados nos espaços de trabalhos, por muito tempo a geração de 1888 continuaram nas dinâmicas do trabalhos nos seus espaços, segundo o historiador Carlos Eduardo Coutinho, as estratégias eram múltiplas, que iam de migração por temporada, para trabalho nas lavouras em outras regiões como a baixada fluminense, após a colheita esses trabalhadores voltavam para o seu local de origem, também haviam aqueles que iam com anseios definitivos para trabalhos em outras regiões, estabelecendo um período mais longo de experiência, mas depois de alguns anos acabavam voltando para suas regiões de origem, na busca da estabilidade. Coutinho articula que de fato a forte imigração definitiva de libertos e descendentes desses para as regiões metropolitanas, só ocorreu a partir de 1920<sup>69</sup>, esses contingentes populacionais ocuparam a baixada fluminense, bem como também as encostas dos morros da capital do Rio de Janeiro, iniciando assim as transformações de moradia na corte.

---

<sup>68</sup>Voto Livre, 25 de novembro de 1888.

<sup>69</sup>Ver: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. (2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto nesse trabalho de conclusão de curso é um dos primeiros esforços iniciais de um percurso para a minha formação como historiador, a dinâmica da pesquisa histórica é sem dúvida um processo inspirador e prazeroso, a busca de um objeto de interesse e mobilizador, as visitas nos arquivos e contatos com as diversas fontes é de certo, uma experiência emancipadora e de grande responsabilidade. A produção histórica é um esforço de contribuição para apresentação de múltiplas experiências, a partir de análises dos fatos, respaldados pelas técnicas e normas das ciências e suas interdisciplinaridades, o processo de estruturação e construção desse trabalho impulsionou as aspirações na busca de novas qualificações e prosseguimento mais aprofundado dessa pesquisa.

Na apresentação, discorri sobre a temática do trabalho, sua cronologia e espaço, bem como também as contribuições historiográficas, em seguida as fontes e metodologias mobilizadas. No primeiro capítulo se concentra na constituição histórica da povoação e formação do município de Cantagalo, sua adesão como produtor no polo cafeeiro e informações sobre o contingente de escravos empregados na região. Em seguida uma breve análise da formação e estratégias dos núcleos de poder, familiares, políticos escravistas e seus empreendimentos produtivos. Subsequente a isto, formulei uma densa análise nos registros de compras e vendas de escravizados de novembro a dezembro de 1880 em Cantagalo, articulando informações retiradas dos processos judiciais de cada escravo e escrava vendidos, em seguida organizei uma tabela com todas as informações recolhidas. Após essa seção tratei os anúncios de fugas de escravos da região, apresentando os anúncios, descrevendo e pontuando as representações das fugas e observando os perfis dos escravos.

No segundo capítulo expus, o cenário do fim da abolição e os “festejos dos negros” em Cantagalo, a partir das reportagens de jornais de visões distintas da região, podemos traçar as experiências desse momento de ruptura e ressignificações das estruturas sociais e políticas que acompanhou esse espaço rural, em seguida o curto caminho até a proclamação da República e seus desdobramentos políticos analisados nos acontecimentos na câmara municipal a partir das atas, articulados também com discursos nos jornais. Por último exponho um primeiro esforço de compreensão desses corpos recém libertos no mundo do trabalho, inseridos em novas políticas e discursos do século XX, um conteúdo mobilizador que proponho aprofundar no mestrado, na busca de compreender os postos de ocupações laborais, suas estratégias, anseios políticos e sociais, ações e manifestações, sem dúvida se



faz necessário, pois o hiato e lacunas das trajetórias e histórias de homens e mulheres negras que viveram nesse espaço e tempo, é enorme.

Portanto, é nesse cenário e contextos que se articulam as dinâmicas do mundo do trabalho nos finais do século XIX e início do século XX para os negros e negras em Cantagalo, corpos que tiveram seus braços e energias utilizados nas plantações de forma intensa e coercitiva, ora depois, em um novo regime esses corpos encaram processos de exclusão nos espaços e estagnação da mobilidade social, pois em verdades havia a instabilidade das ocupações e a construção social de que os negros e negras precisavam somente preencher os espaços “subalternos”, aliado a isso os discursos de superioridade racial e a negligencia do Estado perante a implementação e garantias dos direitos amplos como educação, bem estar, saúde e condição digna do trabalho para os negros e negras, contribuiu para a penosa desigualdade até os dias atuais no Brasil.

## **FONTES:**

Jornal Voto Livre

Jornal O Conservador

Jornal Nova Pátria

Atas da câmara municipal 1888-1889

Registros de escrituras, compras e vendas de escravos 1880

Álbum do Município de Cantagalo

## **ARQUIVO:**

CDMC- Centro de Memória de Cantagalo

## **Bibliografia:**

BARBOSA, K. V. de O. *Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2014.*

BARCANTE, Eliana Vinhaes. “*Família e elite no agro fluminense: Cantagalo dos Oitocentos.*” In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). *II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.*

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 16, n. 30, p. 101-126, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Acácio Ferreira. *Terra de Cantagalo. Rio Bonito, Rio de Janeiro: Artes Gráficas Cantagalo Ltda, 1980.*

DOMINGUES, Petrônio José. —*Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)* I. In: *Revista Brasileira de História*, v. 34, n° 67, São Paulo, 2014, p.251-281.

DOS SANTOS GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2015.

ESPÍNDOLA, Ariana Moreira et al. *Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos*. 2017.

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História de Família: Casamentos, Alianças e Fortunas*. Léo Christiano Editorial, 2008.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Cantagallo na Província do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado*. Seropédica, UFRRJ, 2004.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão*. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MARRETO Rodrigo M. *A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. UFF. Rio de Janeiro. 2014

MATTOS de Castro, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995/*Nova fronteira*, 1998.

MELNIXENCO, Vanessa Cristina. *Friburgo e Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)*. (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MUAZE, M. “*Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e dinâmica imperial.*” In: MUAZE, M. & SALLEs, R. (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil: nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. A República e a questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, p. 11-26, 2005.*

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** Editora Companhia das Letras, 2018.

SIQUEIRA, José Jorge. *Liberdade Cidadã e a Questão do Negro na I República: o caso do Vale do Paraíba Fluminense. Sankofa (São Paulo), v. 02, p. 01-23, 2012.*

SIQUEIRA, José Jorge. *PÓS-ABOLIÇÃO, INTELECTUAIS NEGROS E PROJETO DE BRASIL: NOTAS DE UM ESTUDO. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v.10, n.25, p. 82-100, jun. 2018. ISSN 2177-2770.*

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.*

TOMICH, D. W. *Pelo Prisma da escravidão: trabalho capital e economia mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.*